

**Recensão do Livro *El cristianismo:*
una aproximación,
de Manuel Fraijó**

(Madrid: Editorial Trotta, 1997,
original espanhol, 127 p.)

Antes da recensão propriamente dita deste livro, cabe uma pequena caracterização de seu autor. O espanhol Manuel Fraijó, doutor em Filosofia e Teologia, realizou seus estudos nas Universidades de Innsbruck (Áustria) e Münster e Tübingen (Alemanha), tendo entre seus orientadores o grande teólogo Hãns Küng.

Foi professor de Teologia Fundamental na Universidade de Comillas e atualmente leciona Filosofia da Religião e História das Religiões na “Universidade Nacional de Educação à Distância” de Madri. É colaborador permanente de diversos periódicos espanhóis e entre suas principais obras estão: *Realidad de Dios y drama del hombre*. Madrid : Fundación Santa María, 1985; *Jesús y los marginados*. Utopía y esperanza cristiana. Madrid : Cristiandad, 1985; *El sentido de la historia*. Introducción al pensamiento de W. Pannenberg. Madri: Cristiandad. 1986. Esses livros, todos da década de 80, momento em que a Teologia da libertação na América Latina ainda respirava bem, e com a qual

o autor em questão se identificava, são marcados pela temática da vida humana e suas condições de existência.

Da década de 90, além de um sem número de colaborações em revistas, livros organizados por seus colegas de cátedra (*El desafío del relativismo*. In: ARENAS, L. MUÑOZ, J. PERONA, A. J. *Relativismo y religión*. Madrid: Trotta, 1997) ou livros organizados por ele mesmo tendo seus colegas como colaboradores (*Filosofía de la religión; estudios y textos*. Madrid: Trotta, 1994), destacamos seu *Fragmentos de esperanza*, originalmente de 1992 e felizmente publicado em 1999 no Brasil pelas Edições Paulinas. Nesse livro, especialmente em seu capítulo IV denominado “A esperança das religiões”, o autor assume claramente uma posição frente à discussão, na Teologia das Religiões, em torno do diálogo inter-religioso. Possivelmente influenciado pelas idéias avançadas de seu antigo mestre Hãns Küng, que teve inclusive seu título de teólogo católico cassado pela Cúria romana, e já participando ativamente do debate que envolvia os teólogos cristãos - protestantes e católicos - a respeito da unicidade de Jesus Cristo, Manuel Fraijó, no referido livro, propõe aos cristãos, não o abandono da crença no Cristo da fé, mas que isso seja vivenciado *ad intra* (internamente) ao cristianismo. A universalidade, vocação essencial do cristianismo, que inclusive o impulsiona ao encontro das demais religiões, seria realizada, portanto, de uma forma restrita, sem o escudo da pretensão de um cristianismo absoluto respaldado pela fé de que o que lhe foi revelado veio através do próprio Filho de Deus. Como se poderia impor algo, que não pode ser comprovado historicamente, às demais tradições religiosas? O autor lança mão nesse momento da “reserva escatológica” (Metz), dizendo que enquanto não dobrarmos a “ultima curva” (J. Hick), nada saberemos: nem mesmo se esse Deus do qual tanto se fala, existe!

Apesar desse teólogo não ter assumido explicitamente uma posição com relação às correntes existentes atualmente na Teologia das Religiões, a análise de sua obra permite situá-lo, apenas com o fim pedagógico, entre os teólogos pluralistas. Logicamente esta expressão é por demais generalizada, sendo necessário que se identifique o viés específico de cada teólogo que com ela se identifica.

Um tema fundamental nesse debate, que por isso mesmo necessita de um estudo pormenorizado em cada um dos diversos teólogos, é a questão cristológica. É exatamente esta a questão que Manuel Fraijó traz à tona no livro ora recenseado que tem o sugestivo título *El cristianismo; Una aproximación*.

A obra de 127 páginas consta de uma introdução, três capítulos e uma reflexão final.

Na *introdução* (“O cristianismo como “mal-entendido”) o autor discorre sobre sua relação com o cristianismo depois de muitos anos de estudo, com grandes mestres, tendo tido a ilusão de um dia chegar a compreendê-lo e com poucos anos mais pela frente. Dois motivos explicam a sensação de sufocamento sentida por ele toda vez que se defronta com o tema: 1) Nada do que se afirma “é totalmente correto” (p. 13). Os rigores dos guardiões da ortodoxia, desde os primeiros séculos da história da igreja (o autor, ao utilizar o termo “igreja”, o faz com a letra inicial minúscula e referindo-se à católica) e ultimamente alcançando numerosos teólogos europeus - H. Küng e Schillebeeckx entre eles - e representantes da Teologia da Libertação - é o caso de Leonardo Boff - mostram isso. 2) Sem rodeios o autor afirma: “Escapa-me sua verdade” (p. 14). Refere-se à verdade cristã que ele não consegue afirmar sem reticências e, por isso, assume a posição do estudioso, do técnico - logicamente com certas doses de paixão e carinho pelo objeto estudado -, e não de testemunha, aquele que vivencia.

A questão da verdade cristã que se lhe escapa é fundamental em sua cristologia. Essa verdade é colocada em “*puntos suspensivos*” (p. 15). (A definição da ortografia da língua espanhola da Real Academia, “quando se quer expressar que antes do que vem a seguir, houve um momento de dúvida, temor ou vacilação”, diz mais que uma simples tradução para “reticências”. Por esse motivo a expressão será usada na língua espanhola ao longo desse texto).

As perguntas cruciais que o autor coloca são: “Que haveria de mal esperar a hora do reencontro final para decidir sobre a verdade da mensagem cristã?” (p. 15) A ressurreição - antecipação da escatologia em Jesus - significa o fim dos *puntos suspensivos*? Pode reclamar a condição de cristão aquele que, mesmo com a ressurreição de Jesus, continua mantendo os *puntos suspensivos*?

Note-se que o que se discute com essas indagações é o ponto de maior atrito entre teólogos inclusivistas e pluralistas, ou seja, é possível manter a própria identidade e ser pluralista, como conjugar a unicidade última de Jesus Cristo com o pluralismo teológico?

Apesar de ser tema central em todo o livro em questão, o autor adianta aqui uma breve resposta. Se o único acontecimento capaz de apagar os *puntos suspensivos* sobre a verdade do cristianismo é a ressurreição de Jesus, e esta pertence ao âmbito no qual “nenhum olho viu e nenhum ouvido ouviu” (p. 16), parece legítimo, inclusive dentro do universo cristão, manter os *puntos suspensivos*. Tão legítimo quanto suprimi-los a partir de uma fé confiante e filial.

No *primeiro capítulo* (‘A busca de um breve perfil’) o autor, após tecer comentários a respeito da importância do elemento narrativo para o cristianismo - “Jesus foi um criador de histórias, de parábolas, de exemplos” (p. 22) -, toca na inevitável questão da ressurreição. Esta não esgota o cristianismo, mas “pertence ao [seu] núcleo essencial” (p. 31). O “movimento cristão” (Schillebeeckx), que chegou até nós custodiado - sabiamente algumas vezes e de maneira torpe outras - pela instituição que hoje chamamos “igreja” (p. 32), teve início justamente quando a notícia da ressurreição reacendeu a fogueira que tinha sido apagada com a degradante morte do mestre.

No entanto, ressurreição é mistério. O autor novamente lança mão da reserva escatológica e afirma que o cristianismo, por não poder demonstrar o que promete, permanece envolto em mistério. Muitos pensadores que tentaram entender os mistérios da vida - Agostinho entre eles - dobraram a “última curva” (J. Hick) sem conseguir realizar tal tarefa.

Mistério é uma expressão cara a K. Rahner - o maior teólogo católico deste século, segundo Fraijó - quando ele se refere a Deus. Fraijó, no entanto, propõe que se pare na estação anterior a de Rahner, para quem o mistério é o Deus cristão, e se admita o mistério “sem dar-lhe nome” (p. 34). Transparece aqui de maneira clara a mudança de paradigma realizada pelo autor: do cristocentrismo para o teocentrismo.

O *segundo capítulo* (‘A figura central: Jesus de Nazaré’), sendo também o mais longo, é o eixo principal do livro. Para o

autor, sem Jesus não haveria cristianismo, ainda que Jesus não pertença somente ao cristianismo, pois se tornou um bem comum de grande parte da humanidade. Sua atitude frente à pessoa de Jesus é de “respeito, admiração e algo mais que, talvez, pareça estranho: compaixão” (p. 41). “Sofrer com”, ter a “capacidade de acompanhamento”, foram características de Jesus e são elas que explicam a persistência do cristianismo através dos séculos. Se os papas e cardeais renascentistas não conseguiram acabar com o cristianismo foi porque este, através de um rico conjunto de símbolos, soube acompanhar o homem desde o berço até a sepultura, iluminando os seus “momentos decisivos” (p.41).

A pergunta fundamental que o autor coloca nesse capítulo está relacionada à passagem do Jesus histórico ao Cristo da fé, realizada pelos seus seguidores após a morte de seu mestre. Segundo Bultmann (que, com o método histórico-crítico, ocasionou uma revolução sem precedentes no cristianismo), isso foi decisivo: o pregador ambulante - Jesus de Nazaré, que anunciou o reino de Deus e não o seu - converteu-se em pregado, objeto de pregação. O que se passou? Como se deu essa passagem? Houve o envolvimento de interesses obscuros? Com que direito foi dado esse passo? No fundo o que se pretende elucidar é a relação de Jesus com Deus.

Compartilhando a opinião de Schillebeeckx, Manuel Fraijó afirma que após a morte de Jesus seus discípulos devem ter iniciado um difícil e lento processo de reflexão. Após a debandada inicial - que pode ter durado meses - teve início um tímido reencontro, que não foi, entretanto, fruto das notícias sobre a ressurreição. Essas notícias, destaca com razão Schillebeeckx, surpreenderam os discípulos “reunidos”.

Tentando avançar esta questão o autor estende uma ponte entre a cristologia explícita - afirmação de que Jesus era o Filho de Deus - e a cristologia implícita - aquela que afirma que, se aconteceu o passo ao explícito, é porque implicitamente houve indícios fortes na vida de Jesus. Não existiriam, então, duas posições contrastantes, mas sim uma ponte entre o Jesus da história e o Cristo da fé. Os grandes cristólogos concordam com a afirmação de que o segundo brota do primeiro.

A parte final desse 2º capítulo discorre exatamente sobre o que teriam os amigos de Jesus recordado a respeito de seu

mestre e o que puderam formular baseados em tal reflexão. Não se vê nos discípulos vontade de enganar ou cometer fraude. “Seu Cristo foi o resultado de seu Jesus”. O autor afirma não estar “prejulgando a verdade das proclamações cristológicas”, mas tão somente tentando salvar a “honrabilidade dos discípulos, sua retidão intelectual” (p.58). Mesmo porque, só o quadro em sua totalidade - vida, morte e ressurreição de Jesus - poderá outorgar caráter plausível à sua divindade. Mas esta nunca será demonstrada ou exibida como um troféu, pois o mistério está sempre aguardando na esquina, reclamando o seu âmbito e “proibindo precipitações dedutivas e torpemente apoloéticas” (p.67).

Os amigos de Jesus devem ter agrupado suas recordações - o autor remete suas conclusões à observação dos evangelhos - em quatro eixos fundamentais: A nova imagem de Deus trazida por Jesus (um Deus próximo que rompeu o esquema anterior de um Deus longínquo e transcendente), as divergências doutrinárias que Jesus manteve com o seu povo (dentre elas a relativização do templo como local de relacionamento com Deus), a denúncia social (ele se colocou, sem ambigüidades e sem reticências, ao lado dos desfavorecidos) e a sua pretensão de autoridade (na história de Israel ninguém surgiu com tamanha ousadia).

Das recordações sobre o que havia de especial em Jesus, os discípulos chegaram às seguintes formulações: 1) Ele é o Messias. 2) Ele é o Filho do homem. 3) Ele é o Filho de Deus.

A espinha dorsal da cristologia da igreja, para Fraijó, não é o que os discípulos formularam - a cristologia explícita - mas sim o que Jesus mesmo fez - cristologia implícita - e que deu margem àquelas formulações. Percebendo que chegar à autoconsciência de uma pessoa que viveu há vinte séculos é muito difícil - até a nossa se nos furta -, o autor dedica-se, nesse momento de seus escritos, a verificar brevemente a base de sustentação evangélica e histórica de tais formulações.

Com relação ao “Messias”, diz que, historicamente, o mais provável é que Jesus não tenha referido-se a si mesmo com esse título. Os próprios evangelistas têm cuidado em deixar claro que são sempre os outros que se referem a ele dessa forma. Além do mais, acrescenta, mesmo que Jesus tivesse usado tal designação para si mesmo, não teria esclarecido muito mais sobre sua identidade, pois “Messias” na época era suscetível de

diversas interpretações. Bultmann enfatiza que não é de surpreender que os textos nos quais se aplica este título a Jesus sejam todos pós-pascuais.

O título “Filho do homem” era um termo misterioso e ambivalente, válido para expressar a pretensão de Jesus, mas também capaz de ocultá-la e obscurecê-la. Isso porque a gama de seus possíveis significados era muito ampla. Podia significar simplesmente “homem” (assim aparece 93 vezes em Ezequiel). Jesus, inclusive, sempre fala do filho do Homem na terceira pessoa, distinguindo claramente de si mesmo. Também é interessante notar que, ao contrário de “Messias”, sempre utilizado por outros se referindo a Jesus, ‘filho do Homem’ aparece sempre dito por ele mesmo.

Por fim, “Filho de Deus”. Jesus teria reclamado para si mesmo tal título? Nos sinópticos ele nunca se aplica este termo. Talvez porque não tivesse um significado claro e nem acepção única, tanto que no antigo Oriente dava-se este título ao rei e no helenismo foi aplicado a homens especialmente significativos: heróis, filósofos e gênios.

Até o momento o autor analisou as recordações dos discípulos relacionadas à vida, atuação, pregação e morte de Jesus. Mas ficou faltando um “pequeno detalhe” sobre a figura central do cristianismo: “qual foi seu destino final?” (p. 77). A reflexão de conjunto só se completará com uma brevíssima análise da ressurreição (para um estudo mais detalhado de textos e posturas contemporâneas frente ao tema o autor remete ao seu livro *Jesús y los marginados*). Esta, por fazer parte do novo começo, esteve nas recordações dos discípulos.

Manuel Fraijó afirma que “a ressurreição é ‘objeto de fé’” (p. 81) e como tal não pode ser “garantia da fé” (Bultmann). O que pode ser demonstrado historicamente não é a ressurreição mesma, mas sim que um grupo começou a crer na ressurreição. Inclusive, “com a fé na ressurreição de Jesus, o cristianismo se isola do restante das religiões” (p. 81). Nelas sempre se respeitou a morte, nunca nenhuma delas anunciou a ressurreição corporal de seu fundador ou de seus profetas. Percebe-se aqui o que motivou o autor a sinalizar, em seu livro *Fragmentos de esperança*, a proposição de uma *epoché* (colocar o Cristo entre parênteses no diálogo inter-religioso).

Existem três filões fundamentais no Novo Testamento que indicam diretamente a ressurreição: 1) a tradição do túmulo vazio, 2) as aparições e 3) O texto de Paulo (1 Cor 15, 3-5) que fala que Jesus “ressuscitou ao terceiro dia”. Como um túmulo vazio não prova nada e os relatos das aparições são cheios de contradições, o autor percebe na fala de Paulo a responsabilidade maior - e também a que goza de ampla aceitação - em prol de uma possível prova. Isto porque ela está desprovida do estilo lendário e apologético que caracterizam os relatos sobre o túmulo vazio e as aparições. Um problema é que Paulo continua apoiando-se em aparições - a doze, a quinhentos irmãos e a si próprio - só que de uma forma bem sóbria, limitando-se a enumerá-las. Sem a pretensão de questionar a veracidade do que Paulo diz, Fraijó afirma que “não há motivos para o otimismo histórico” (p. 85). Diz ele que, além dos questionamentos dos exegetas (R. Pesch, W. Marxsen etc.), caberia uma indagação: alguns versículos, escritos por um convertido do século I de nossa era chamado Paulo, nos dão a prova definitiva de que Jesus de Nazaré ressuscitou dentre os mortos e se converteu na revelação decisiva de Deus?

Concluindo esse longo capítulo, Fraijó confessa não estar seguro de que as recordações dos discípulos tenham sido o bastante para converter o seu mestre no Cristo, no Filho de Deus. Conscientes do “salto” dado, seus amigos “proclamaram que não foram eles quem o converteram no Cristo, mas sim o próprio Deus, ressuscitando-o dentre os mortos” (p.87). Desta forma, se tudo está pendente da ressurreição, a verdade do cristianismo tem uma amarração com o futuro e deve, portanto, permanecer aberta.

O *terceiro capítulo* (‘Penúria histórica’) traz uma reflexão sobre as atitudes extremas - decepção e entusiasmo - que tem movido a investigação em torno do Jesus histórico, as posturas intermediárias a título de mediação - otimismo exagerado, pessimismo radical, fideísmo, racionalismo e otimismo moderado - e uma pequena busca de possíveis critérios nos quais se possa confiar.

O autor assume uma posição otimista a esse respeito, primeiramente porque sabe-se mais sobre Jesus que sobre outros fundadores de religiões e, em segundo lugar, porque a situação

dos evangelhos é muito privilegiada, tanto no tocante à contribuição do método histórico-crítico, quanto ao seu curto período de transmissão oral (uns quarenta anos após a morte de Jesus foi escrito o evangelho de Marcos). Além do mais, e o mais relevante, é que a “ressurreição de Jesus é histórica não porque se realize na história, mas sim porque cria história” (J. Moltmann).

A título de ‘reflexão final’, Fraijó fala rapidamente sobre a boa credibilidade de Jesus junto ao judaísmo nos dias de hoje e acrescenta que também o islamismo, o budismo e o hinduísmo o vêem com bons olhos.

Termina com a muito conhecida “parábola do anel”, da autoria de Gotthold Ephraim Lessing: Um anel que tinha passado de herdeiro em herdeiro chegou às mãos de um pai de três filhos. Como todos eles mostraram-se dignos de receber o anel, o pai, já à beira da morte, encomendou a um ourives que fizesse duas cópias idênticas. O trabalho ficou tão excelente que nem o próprio pai foi capaz de distingui-los. Muito contente, chamou os filhos e deu-lhes a cada um o seu anel juntamente com a bênção paternal. Após sua morte aconteceu o inevitável: cada filho apresentou seu anel e a pretensão de ser o dono da casa. Provas, reclamações, pleitos de nada serviram: foi impossível distinguir o anel verdadeiro. Quase tão impossível como distinguirmos a verdadeira fé.

O autor, que tinha iniciado seu livro confessando a incapacidade de chegar à verdade do cristianismo, ao final de suas páginas reconhece que Lessing o deixa exatamente onde estava no início: “Não é possível dar uma religião por verdadeira”. Sua parábola é um duro golpe contra qualquer pretensão de possuir a verdade absoluta.

José Maria da Silva
Mestre em Ciência da Religião/UFJF